

## **CENTRO DE ESTUDOS MULTICULTURAIS**

### **Interferências do crioulo na aprendizagem do português por falantes de crioulo como língua materna**

**Viriato de Barros**

Vou partir da minha própria experiência como falante da duas línguas, o crioulo e o português ( Podemos falar mais tarde da utilização do termo “crioulo” para designar a língua cabo-verdiana) para tentar compreender os efeitos recíprocos das duas línguas no processo de aprendizagem e da utilização de cada uma dessas línguas, que têm por característica dominante o facto de uma (o crioulo) ter resultado essencialmente da evolução em condições históricas e sociais especiais da outra ( o português). Requereria aqui um trabalho extensivo de pesquisa e análise para determinar as condições que deram origem à formação do crioulo como veículo de comunicação entre grupos étnicos diferentes que desconheciam as respectivas línguas, ou sejam as línguas faladas pelos africanos atirados para as Ilhas de Cabo Verde no tráfico de escravos entre o Continente Africano, as Américas e a Europa, sobretudo a Europa meridional. Trabalho, diga-se de passagem, aliciante e a que muitos já se têm dedicado e se vêm dedicando, mas em que muito mais ainda há por fazer. Aliás, a origem e o processo de formação de evolução das línguas existentes sobre a face da terra continua a ser para mim um dos campos mais interessantes de estudo, pela sua profunda ligação com o desenvolvimento das sociedades humanas, as suas contradições e os seus conflitos. Talvez seja esse o motivo por que a questão linguística se torna muitas vezes o pomo da discórdia no seio de nações constituídas a partir de grupos étnicos de origem diversa, mas aglutinados numa estrutura de

Estado, pois é sem dúvida o traço mais marcante da identidade cultural de cada povo.

Seja como for, as diferentes componentes populacionais de origem africana e europeia, essencialmente portuguesa, numa determinada fase da sua instalação nas ilhas numa sociedade escravocrata implantada pelo poder colonial, acabaram por uma língua de compromisso a partir de cedências e adaptações feitas pelos falantes de língua portuguesa, tanto no domínio fonético como da estrutura morfológica e sintáctica, impostas pela necessidade de comunicação com os elementos africanos da população que, muito embora na situação de dominados, eram imprescindíveis para a manutenção do tipo de sociedade que estabeleceram. Daí a interdependência dos grupos ter sido inevitável e determinante das formas de entendimento entre as diferentes partes em jogo. A abolição da escravatura, conquanto não viesse nivelar os dois estratos principais da sociedade cabo-verdiana, constituídas pelos europeus por um lado e pela camada populacional formada pelos escravos africanos alforriados, por outro lado, permitiu certamente uma acentuação da tendência para a miscigenação étnica e cultural por um processo a que hoje chamaríamos de imersão da população europeia num meio maioritariamente africano, apesar de ter sido contrariado pelas autoridades reínois, que não viam com bons olhos a forte tendência para “mestiçagem” que se verificava em Cabo Verde.

É assim que em Cabo Verde o crioulo e não o português reínois foi a língua que acabou por ser a dominante, língua da miscigenação, língua que correspondia de facto ao *modus vivendi* a que malgrado os pergaminhos aristocratizantes, acabou por ser a língua dominante, ou melhor dito, a língua de todos. O crioulo era é falado em Cabo Verde tanto por descendentes dos colonos portugueses, como pelos descendentes dos africanos como sua língua, independentemente do estatuto social dos

falantes. O crioulo quer se queira quer não, é, de facto, a língua materna dos cabo-verdianos.

Normalmente, salvo raras excepções, as crianças cabo-verdianas, quando iniciam a sua escolarização, feita na língua portuguesa, língua oficial de Cabo Verde, entram para as escolas a falar o crioulo. Porém, em casa falam crioulo, e falam crioulo como os seus pares em todas as circunstâncias. A única situação em que falam português é quando se dirigem aos seus professores, ainda que hoje não se possa afirmar isso de forma generalizada, pois actualmente, muitos professores em Cabo Verde parecem aceitar que os alunos se dirijam a eles em crioulo, pelo menos fora do âmbito de exposição das matérias curriculares. A língua portuguesa é usada, além disso, nas situações consideradas formais, como por exemplo nas intervenções públicas, nas repartições públicas. Actualmente o uso do crioulo no atendimento público burocrático tende a generalizar-se de forma espontânea, e tudo indica que esta prática se instituirá no futuro, sobretudo com a adopção do crioulo como língua oficial, decisão política controversa, alvo de grande polémica neste momento entre os cabo-verdianos.

Estas considerações parecem-se necessárias para situar a questão da convivência entre o crioulo e português, ou entre a língua cabo-verdiana e a língua portuguesa, se preferirem, e a complexidade do problema das interferências recíprocas.

Creio que um das causas das dificuldades do ensino de português a alunos cuja língua materna é a língua cabo-verdiana ou o crioulo reside no facto de se ensinar o português às crianças cabo-verdianas utilizando a mesma metodologia que se utiliza para falantes de português que tem esta língua como língua materna. Ora a criança cabo-verdiana tem o crioulo como língua materna e não o português. Poder-se-ia pensar que as crianças nascidas em Portugal, filhos de pais cabo-verdianas, não têm esse problema, uma vez que são crianças num meio em que se fala português e

portanto a imersão na língua portuguesa é imediata e total. Mas aí começa a complexidade do problema que nos atira para outras esferas com que a questão da língua e da comunicação tem forçosamente a ver, as da integração ou da inserção social e cultural de cabo-verdianos que as circunstâncias transformaram numa categoria social chamadas de minorias étnicas, ou seja os descendentes de imigrantes cabo-verdianos acantonados em aglomerados humanos vivendo em condições habitacionais precárias e isolados do convívio com a restante sociedade, onde, no entanto, muitos outros cabo-verdianos que se fixaram no país estão perfeitamente integrados e cuja situação e comportamento social nada tem a ver com o que acabamos de dizer. Porquê essa diferença? Valia a pena tentarmos responder a esta questão.

Voltando à questão do ensino do português a falantes de crioulo como língua materna e das interferências recíprocas entre o crioulo e o português e das dificuldades no ensino da língua portuguesa a alunos cabo-verdianos nessas condições.

Se analisarmos a estrutura gramatical do crioulo em confronto com a língua portuguesa, observamos profundas diferenças, tanto no aspecto fonético como morfológico e sintáctico. A título exemplificativo vamos ver algumas dessas diferenças que nos ajudarão a compreender as interferências do crioulo na aprendizagem do português.

Comecemos por alguns exemplos fonéticos.

As vogais sofreram uma alteração na evolução do português desde o século quinze a esta parte em palavras que, não obstante isso, conservaram integralmente a sua forma de origem. A palavra “fralda” por exemplo, mantém a mesma forma que a correspondente actual em português, mas a vogal “a” em português é, por influência do “l”, nitidamente velar, enquanto no crioulo é “claramente palatal. O mesmo sucede com pequenas alterações de forma, com as palavras “mal”, “baldi”, “kaldu”. E igualmente

com as outras vogais: port. “mel” (velar), crioulo, “mel”(palatal), port. “fel”, crioulo “fel”, port. “mil”, crioulo, “mil”, port. “sol” crioulo “sol”, port. “Sul” (vogal longa, velar), crioulo “Sul” (vogal breve, palataliz.).

Vejamos agora alguns exemplos noutros domínios.

- O artigo definido, por exemplo. Não existe esta categoria gramatical no crioulo.

*Port. A casa. Crioulo: Kaza.* Assim, às frases em português

- 1 – “ *A casa do Pedro* ”
- 2 – “ *O livro do António* ”
- 3 – “ *A capa do livro* ”

correspondem em crioulo respectivamente:

- 1 – “ *Kaza di Pedru* ”
- 2 – “ *Livru di António* ”
- 3 – “ *Kapa di livru* ”

- O artigo indefinido existe na forma masculina em crioulo “Un”. *Djon kumpra un mota nobu.* (O João comprou uma mota nova) A forma *uma* aparece mas não como definição de género mas sim com valor aumentativo ou de ênfase: *E’ kuma uma santamai di mota!* (Comprou uma mota enorme)

As categorias género e número não funcionam da mesma forma em crioulo como em português.

O género, como categoria gramatical, é praticamente inexistente em crioulo, facto que naturalmente se vai reflectir na flexão pronominal, nominal e na concordância dos adjectivos e determinativos.

Ex:

- 1- *Manuel ten três camiza branku.* (O Manuel tem três camisas brancas)
- 2- *N ten un fidju fémia y dôs fidju matxu* (Tenho um filho e duas filhas)
- 3- *Maria txiga ónti. El trazê-nu txheu kuza di Lisboa.* (A Maria chegou ontem. Trouxe-nos muitas coisas de Lisboa.)

Analisando estas situações, verificamos a coincidência do tipo de erros cometido por um falante de crioulo, com essas diferenças nas respectivas estruturas gramaticais, quando faz a passagem da sua língua materna para o português. A tendência será para omitir o artigo onde em português se usa normalmente, emprego que um falante de português como língua materna faz mecanicamente, sem pensar em regras. Como também ocorrem frequentemente erros de concordância por razões idênticas já que na sua matriz linguística não faz mecanicamente as concordâncias de género e número. O conhecimento simples das regras gramaticais em português não garante o seu emprego na prática corrente da língua.

Frequentes são também erros que derivam da regência dos verbos em português e em crioulo, a confusão frequente entre as formas pronominais *o* e *lhe*, nas suas funções de complemento directo e indirecto (no caso de *lhe*, o seu emprego possível em ambas as funções).

Quanto à flexão verbal do crioulo ou do cabo-verdiano, longe de ser simples, como muitas vezes se pretende, ela é de uma grande complexidade, e afasta-se da flexão verbal portuguesa de origem, donde resulta para o falante cabo-verdiano a necessidade de se adaptar à flexão verbal portuguesa. Quando se tenta ensinar a língua portuguesa utilizando a mesma metodologia que se usa para os falantes de português como língua materna, muitas vezes não se tem este facto presente.

Observemos as seguintes situações, a título de exemplo:

Que construção em crioulo corresponderia à esta frase em português:  
“*Damos-lhe dinheiro para que ele possa comprar livros*”?

Em primeiro lugar não poderia em crioulo omitir o pronome pessoal sujeito do “*damos-lhe*”, nós, em crioulo “*nu*”. Em segundo lugar, a construção da frase dependente de sentido final “*para que ele possa comprar livros*” que obriga ao emprego do conjuntivo não encontra correspondência em crioulo, que opta pela construção com o infinitivo: “*Pa-l pode kumpra livru.*”. Aliás, os verbos na língua cabo-verdiana não têm uma forma específica para o conjuntivo.

Se nos colocarmos numa perspectiva inversa, o falante do crioulo quando aprende português, terá que interiorizar a necessidade do conjuntivo em frases deste tipo.

Cito estes casos a título de exemplo, pois não é minha intenção no âmbito deste trabalho tentar esgotar as inúmeras e complexas situações

com que se confronta aprendente de português cuja língua materna é o crioulo.

Curiosamente, aquilo que aparentemente poderia ser visto como vantagem, que é o facto de a base lexical do crioulo, ou língua caboverdiana, ter na sua quase totalidade origem no português, acaba por tornar-se, precisamente por essa proximidade e pelo constante convívio a todos os níveis, numa dificuldade.

Será por uma razão, senão idêntica, pelo menos semelhante, que os portugueses quando aprendem o espanhol, esses acham que eles estão a falar “un portugues muy cerrado”. Pelo menos foi o que me disse um colega, português, que quando estive em Salamanca num seminário, um dos mestres com quem conviveu mais de perto lhe disse à despedida:

*Pues mucho gusto amigo en hablar con usted. Pero usted habla un portugê' muy cerra'ô*

“E eu “ – disse-me o colega, absolutamente desalentado – “que durante todo tempo estive a falar com ele no meu melhor espanhol.”

### **Algumas referências bibliográficas**

Almada, Dulce – *Bilinguismo e Diglossia*. IBNL, Praia, 1998.

Almada, Dulce – Cabo Verde. Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, vol. 55, 1961.

Baptista, Marlyse – *The Morpho-Syntax of Nominal and Verbal Categories in Capeverdean Creole*, Ph. D. Dissertation, Harvard University, Cambridge, Mass., 1997.

Carreira, António – *O Crioulo de Cabo Verde. Surto e Expansão*, Europam, Mem Martins 1982.

Lopes da Silva, Baltazar – *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, 1957.

Pereira, Dulce – O principio de parcimónia em crioulo de Cabo Verde. *Actas do 1º Colóquio sobre Crioulos de Base Portuguesa*, Colibri, Lisboa, 1992.

Pratas, Fernanda – *O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago)*, Edições Colibri, Lisboa, 2004

Quint, Nicolas – *Dicionário Caboverdiano (variante de Santiago)-Português*, Verbalis, Lisboa, 1998.

Veiga, Manuel – *O Crioulo e Cabo Verde, Introdução à Gramática*, Instituto Caboverdiano do Livro, Praia, 1995.

Veiga, Manuel. – *Diskrison Strutural di Língua Kabuverdianu*, 1982.

